

Assessor do Ministro das Finanças (apoio técnico na elaboração de análises económicas de conjuntura e controlo da política financeira) entre 1974 e 1979;

Técnico superior do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Finanças desde 1974;

Técnico superior do GEBEI do Ministério da Indústria entre 1971 e 1974;

Membro de várias comissões ou grupos de trabalho, nomeadamente:

- Comissão do imposto sobre o valor acrescentado;
- Comissão para a negociação da adesão de Portugal à CEE;
- Grupo para a análise do direito derivado (1980);
- Comissão coordenadora das acções de combate à fraude e à evasão fiscais;
- Comissões de reforma fiscal (1976, 1979 e 1985);
- Comité dos Assuntos Fiscais da OCDE;
- Presidente do grupo das questões financeiras, do grupo das questões económicas (seguros) e dos grupos de conselheiros durante a primeira presidência portuguesa do conselho das CE;

Docente entre Janeiro de 1971 e 1986 no ISCEF (ISE; ISEG), das cadeiras de Estatística, Econometria, Investigação Operacional, Finanças Públicas e Economia Pública (responsável pela cadeira desde 1979 até 1986);

Docente da Universidade Católica (Finanças Públicas — curso de Direito e Política Económica — curso de Economia);

Colaborador de várias outras entidade públicas e privadas na realização de mestrados, acções de formação ou cursos de curta duração.

Co-autor dos livros:

- O Impacto do IVA na Economia Portuguesa* (comissão do IVA/GEBEI — INCM, 1984);
- O Sistema Fiscal Português Face à Integração Europeia* (ICNM/IED, 1985);
- Manual Prático do IVA*, 1985.

Membro da Associação Fiscal Portuguesa, do Internacional Institute of Public Finance, da National Tax Administration (EUA) e da Canadian Tax Assotiation.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Portaria n.º 981/2006 (2.ª série). — Dando expressão à solidariedade devida ao povo de Timor-Leste e aos seus legítimos representantes, no pleno respeito pelo direito internacional e em coerência com valores e princípios fundamentais da política externa da República Portuguesa, correspondendo à solicitação de cooperação urgente apresentada pelas autoridades timorenses e dando cumprimento ao deliberado pelo Conselho de Ministros em 25 de Maio de 2006;

Nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 233/96, de 7 de Dezembro, *ex vi* dos n.ºs 1 e 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 17/2000, de 29 de Fevereiro, e ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 68-A/2006, de 30 de Maio:

Manda o Governo, pelo Ministro de Estado e da Administração Interna, o seguinte:

1.º Autorizar o comandante-geral da Guarda Nacional Republicana a aprontar, sustentar e empregar o efectivo que constituirá a força da Guarda Nacional Republicana que, no âmbito e nos termos do acordo entre o Governo de Portugal e a República Democrática de Timor-Leste, participará nas operações de manutenção da ordem pública e na formação de pessoal das forças de segurança Timor-Leste.

2.º A força da Guarda Nacional Republicana para a missão de manutenção da ordem pública, denominada Subagrupamento BRAVO, será constituída por um total máximo de 140 efectivos.

3.º O comando operacional é cometido ao comandante do Subagrupamento BRAVO, na dependência hierárquica do comandante-geral da GNR, e segundo as regras de empenhamento por este definidas nos termos acordados entre os dois Estados.

4.º No cumprimento da sua missão de manutenção da ordem pública, o Subagrupamento BRAVO opera na directa dependência, respectivamente, do Presidente da República e do Primeiro-Ministro da República Democrática de Timor-Leste, nos termos do acordo celebrado entre ambos os Estados.

5.º A missão do Subagrupamento BRAVO em Timor-Leste terá a duração de até um ano, com rotação dos efectivos, em média, de quatro em quatro meses.

6.º Nos termos e para os efeitos do n.º 5.º da Portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 28 de Janeiro, a missão do Subagrupamento BRAVO cumpre-se em território da classe C.

7.º Atenta a natureza urgente da missão, a presente portaria produz efeitos na data da sua assinatura.

25 de Maio de 2006. — O Ministro de Estado e da Administração Interna, *António Luís Santos Costa*.

Governo Civil do Distrito de Vila Real

Aviso n.º 6846/2006 (2.ª série). — Por despacho da secretária do Governo Civil do Distrito de Vila Real de 25 de Maio de 2006:

Licínio Gonçalves Monteiro, assistente administrativo especialista do quadro de pessoal do Governo Civil do Distrito de Vila Real — autorizada a recuperação de 12 dias de vencimento de exercício perdido no ano de 2006, por motivo de doença.

30 de Maio de 2006. — A Secretária, *Anabela Fernandes Maganete Pinto*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças

Despacho n.º 12 552/2006 (2.ª série). — Considerando a cessação do mandato dos membros da comissão directiva do Sistema de Indemnização aos Investidores, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 222/99, de 22 de Junho;

Considerando que um dos membros da comissão directiva é nomeado pelo Ministério das Finanças e da Administração Pública, nos termos do n.º 3 do referido artigo 15.º:

Nomeio para o exercício das funções de vogal da referida comissão directiva o Dr. Mário Luís Vicente Arraia, em representação do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

As funções do presidente da referida comissão são exercidas pelo Dr. Amadeu Ferreira, conforme designação do conselho directivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao abrigo do n.º 2 do artigo 15.º do citado diploma legal.

O Dr. José António Silveira Godinho exerce funções de vogal da comissão directiva, conforme designação do conselho de administração do Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 15.º do citado diploma legal.

Este despacho produz efeitos a partir de 11 de Abril de 2006.

30 de Maio de 2006. — O Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, *Carlos Manuel Costa Pina*.

Direcção-Geral da Administração Pública

Aviso n.º 6847/2006 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro, torna-se pública a lista de funcionários e agentes que se encontram afectos à Direcção-Geral da Administração Pública em situação de inactividade:

Nome	Categoria	Habilitação literária	Área funcional	Concelho de residência
Amílcar Eliseu Rato Silva Roberto ...	Técnico superior de 1.ª classe.	Licenciatura em Ciências Farmacêuticas.	Ciências farmacêuticas.	Loures.
António Augusto Gutierrez Sá da Costa.	Assessor principal	Licenciatura em Engenharia Civil.	Educação	Cascais.